

**LEI Nº 2.340 DE 07 DE AGOSTO DE 1997.**

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE ALEGRE-ES, A ADITAR AO CONVÊNIO ILUMINAÇÃO PÚBLICA, FIRMADO COM A ESCELSA, NA CLÁUSULA AUTORIZATIVA PARA QUITAÇÃO DE DÉBITOS COMO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA EM NOME DA CASA DE CARIDADE SÃO JOSÉ (HOSPITAL DE ALEGRE), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.~~**

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, aprovou e eu **~~PREFEITO MUNICIPAL~~** de Alegre sanciono a seguinte Lei:

**~~Art. 1º~~** — Fica o Poder Executivo Municipal de Alegre-ES, autorizado a propor e aditar ao Convênio “Iluminação Pública” firmado com a ESCELSA ( Espírito Santo Centrais Elétricas S.A), cláusula autorizativa de quitação do débito com consumo de energia elétrica, no período de 06/95 a 12/95, 01/96, 03/96 a 07/96, 09/96, 11/96 12/96, 05/97 e 06/97, existente em nome da Casa de Caridade São José (Hospital de Alegre), no valor de R\$ 23.148,40 (vinte e três mil, cento e quarenta e oito reais e quarenta centavos), levando a débito da conta bancária existente, vinculada ao citado Convênio, a partir da competência Setembro/97 a Dezembro/97.

**~~Art. 2º~~** — O valor do débito a ser quitado na forma estabelecida no art. 10 desta Lei, será considerado contrapartida do Município na execução da obrigação de manutenção do “Pronto Socorro Médico Hospitalar”, de que trata o art. 8º, Título VI — “Das Disposições Transitórias” da Lei Orgânica do Município de alegre/ES.

**~~Art. 3º~~** — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial no orçamento vigente, para cobrir a referida despesa.

**~~Art. 4º~~** — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação , revogadas as disposições em contrário.

Alegre (ES), 07 de agosto de 1997.

**~~GILVAN DUTRA MACHADO~~**  
**~~— Prefeito Municipal~~**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.